

## **REDES E AGENTES DO AGRONEGÓCIO: o uso corporativo do território no Oeste Baiano**

Camila Dutra do Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

Tanto os agentes das redes agroindustriais, através de suas redes de materialidades, quanto as suas ações no plano do imaterial corroboram com o movimento do agronegócio, e sob a intervenção do Estado dão espessura e dinâmica aos fluxos de dinheiro, normas, ordens e informação. A região do Oeste Baiano, parte ocidental do estado da Bahia, foi pioneiramente incorporada à expansão da produção de soja no Nordeste no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de uma série de sistemas técnicos e de capital, o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social, e a atuação em rede por parte desses agentes. Este artigo visa apontar os principais agentes que representam as redes agroindustriais que tangenciam o Oeste Baiano e discutir como as suas ações e alianças têm corroborado para a difusão do agronegócio nessa região.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Redes, Oeste Baiano.

### **Introdução**

O agronegócio, baseado em uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro desde o final dos anos 1960. Nos últimos quarenta anos, essa expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade desse setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de “redes agroindustriais” (SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2008, 2013). Essas seriam responsáveis por um (re)ordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender às necessidades da produção, da circulação e do consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja.

Independente do porte de cada empresa, o poder de decisão e comando dos agentes do agronegócio, aliado aos processos de constituição, desenvolvimento e consolidação das redes agroindustriais, têm feito com que “novos espaços seletivos para o capital” (SANTOS, 1996), antes não interessantes ao poder hegemônico, se reestruturem para atender os requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento desse novo modelo de produção agropecuária. Um desses novos espaços seletivos é, pois, o Oeste Baiano.

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA. E-mail: [camilageo@hotmail.com](mailto:camilageo@hotmail.com)

Essa região foi pioneiramente incorporada à expansão da produção de soja no Nordeste no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Polarizada pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, o Oeste Baiano representa hoje, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, destaque principal para a soja.

A difusão do agronegócio no Oeste Baiano é decorrente não apenas de uma lógica global-nacional dos agentes hegemônicos da agricultura capitalista, mas possui uma forte imbricação com elementos de ordem local-regional. Para entendermos essa complexidade é preciso identificar o caráter competitivo e corporativo da região, na qual estão instaladas plantas industriais das principais empresas esmagadoras de soja – como as multinacionais Cargill e Bunge, *tradings* comercializadoras de grãos –, além de cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao consumo produtivo agrícola em expansão.

A complexidade e a plasticidade, que caracterizam hoje a globalização da produção e do consumo, se manifestam a partir de formas distintas no interior dos diferentes segmentos agroindustriais. Como o conceito de rede possui justamente um aspecto mais móvel, como já dissemos, bem como evidencia melhor o “fator organização”, ele se apresenta como uma ferramenta metodológica mais apropriada para explicar estratégias flexíveis de reorganização das empresas do agronegócio, já que, ao possibilitar o entendimento das ligações, simultaneamente, possibilita uma compreensão do modo de organização desse setor.

No Oeste Baiano, a regulação social e territorial é efetivamente exercida pelas instâncias que detêm poder de fato e não apenas um poder declarado. Nessa região também é possível observarmos redes de regulação, que não são necessariamente produtivas, no sentido *stricto sensu* da produção, mas que também fazem parte de uma hegemonia corporativa, envolvendo associações, sindicatos, fundações, cooperativas, instituições de administração pública, etc. Essa última se expressa, por exemplo, na medida em que as prefeituras municipais da região dão mais visibilidades às suas Secretarias de Agricultura e de Indústria, para fomentar o crescimento do setor agrícola e agroindustrial, em detrimento daquelas voltadas para o desenvolvimento social, saúde, segurança e educação.

Neste artigo apresentaremos uma síntese da organização dessas redes, refletida nos processos de verticalização da produção, e discutiremos o uso corporativo delas no Oeste Baiano. Citaremos, como exemplos principais, as organizações representativas dos interesses

dos agentes do agronegócio, sendo elas as cooperativas agrícolas, os sindicatos rurais e as associações setoriais. Essas instituições possuem membros em comum e somam esforços para defender e promover o agronegócio do Oeste Baiano. Para atingir esse objetivo nossa metodologia considerou, especialmente, pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados estatísticos e matérias de jornais; e trabalhos de campo.

### **Agronegócio e a organização em rede**

A ambiência de transformações na escala mundial, pós-1970, e os seus rebatimentos na organização espacial do Brasil propiciaram condições de ordem econômico-tecnológicas e político-culturais para uma reestruturação produtiva também do setor agropecuário brasileiro, que passava por modificações desde os anos de 1950, aprofundadas nas décadas de 1970 e 1980. A difusão de um novo modelo de produção globalizada no território brasileiro promoveu um reajustamento social, econômico e político no campo e na cidade e induziu uma atividade agropecuária intensa em capital, ciência, tecnologia e informação, chamada por Santos (2000) de “agricultura científica”.

Elias (2003) utiliza uma periodização que consideramos muito adequada para pensar a consecução desse novo modelo de produção agropecuária e da reorganização do espaço agrícola. Para essa autora, podemos vislumbrar três momentos adjacentes. O primeiro seria o da mudança da base, a partir da década de 1950, com o emprego de uma gama de insumos artificiais em detrimento dos naturais, com a difusão de inovações químicas (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, etc.) e mecânicas (tratores, arados, colheitadeiras, etc.). O segundo momento seria concretizado em meados de 1960, quando os interesses das grandes corporações se apropriaram do processo de produção agropecuária brasileira e organizaram-se indústrias a montante e a jusante da agricultura. O terceiro período, pós anos de 1970 e que se estende até hoje, corresponde à integração de capitais industriais, bancários, agrários e à junção vertical de empresas.

Como já indicaram vários autores, a exemplo de Müller (1989), Silva (1996), Oliveira (1996), Mazzali (2000) e Elias (2003), o Estado claramente assumiu o papel de elemento indutor da modernização agrícola brasileira, através da montagem e do uso de um amplo sistema de incentivos financeiros e fiscais. A intensidade desse processo traduz o resultado dos benefícios da política estatal (crédito, assistência técnica, pesquisa, programas especiais, etc.) aos agentes hegemônicos, uma vez que os incentivos favoreceram a concentração

acelerada da propriedade fundiária, permitindo ganhos fabulosos às multinacionais e aos grandes grupos nacionais, e sustentaram a ocupação predatória de espaços da Amazônia e do Centro-Oeste.

Oliveira (2003) observa que o Brasil do campo moderno vem transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, no qual o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Desse modo, quando se trata de agronegócio, não estamos mais falando, apenas, de fazendas, mas de empresas do agronegócio; não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* agrícolas; e, sobretudo, não lidamos mais unicamente com agricultores ou produtores, mas empresários do agronegócio.

O agronegócio é, de fato, um “negócio”, pois no funcionamento desse setor se lida com aspectos administrativos, financeiros, contábeis, logísticos, gestão de recursos humanos, gerenciamento de informações, comunicação de banco de dados, controle de qualidade e de processos, automação industrial e comercial, marketing, entre outros, próprios de qualquer ramo empresarial, bem como se gerencia empresas agropecuárias, definindo as estratégias de mercado e sistemas de produção.

Esse modelo de produção, baseado em uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro desde o final do ano de 1960, como vimos. Nos últimos trinta anos, essa expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade desse setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de “Redes Agroindustriais” (SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2008, 2013). Essas seriam responsáveis por um (re)ordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender às necessidades da produção, da circulação e do consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja. De acordo com Elias (2013, p.16):

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de fast-food, de logística, cadeias de supermercados etc.

Silveira (2005) pensa o conceito de rede, na abordagem da atividade agroindustrial, a partir da constatação de que uma das características estruturais dessa atividade é a afirmação

de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares.

A obra de Mazzali (2000) mostra a emergência da organização em rede como uma forma de suplantar o modelo explicativo do desenvolvimento da agricultura brasileira via “complexos agroindustriais” (CAIs). No período pós-1990, a agropecuária brasileira vivenciou um processo de reorganização centrado na reestruturação das relações entre as empresas. As articulações passam a se dar não mais apenas a partir da matriz de insumo-produto, a qual a noção de “complexo agroindustrial” dava conta de explicar; ao invés disso as relações de produção ganham formas e conteúdos muito mais intrincados. A noção de rede, portanto, explicaria melhor a atual expansão territorial do agronegócio.

Em síntese, as “redes” traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, consubstanciada em múltiplas formas de relações entre empresas, cuja caracterização exige a explicitação do sistema de “divisão do trabalho” intra-rede, a partir da identificação das especificidades de sua estrutura interna (MAZZALI, Op. cit., p. 157, grifo do autor).

A organização em “rede” também ajuda a evidenciar melhor o papel do espaço, o qual se modifica, paulatinamente, em decorrência das estratégias dos agentes e das suas interpelações na rede. Na organização em rede, os agentes do agronegócio estão imbricados e indissociados do espaço, uma vez que “as ‘redes’ constituem arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão de interdependências de várias empresas” (MAZZALI, 2000, p. 155).

A “seletividade espacial” (SANTOS, 1996, 2005, 2006) perpassa por relações de domínio e incorporação dos lugares, o que demonstra que a rede está diretamente imbricada com as relações de poder, afinal, “os nós das redes são assim, lugares de conexão, lugares de poder e de referência” (DIAS, 1995, p. 146). Para Santos (2006, p. 183), “a existência das redes é inseparável da questão do poder”. Essa concorrência ou disputa por lugares entre os agentes hegemônicos se inscreve nas “redes políticas territoriais” (SILVA, 2010; SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011). Em ensaio sobre esse conceito, Silva, Santos e Nascimento (2011) lembram a importância das redes e do território como elementos intrínsecos à política. Para os autores, é preciso investigar a rede que o poder desenha e seus efeitos num território determinado, nesse caso os agentes políticos estão conformados em

redes, isto é, em redes de poder territorial. No entanto, esse poder é, geralmente, controlado por uma parcela da comunidade.

Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promovem troca de recursos de poder através de vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências entre os atores. (SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 25).

Destarte, analisar a difusão do agronegócio a partir da organização em redes nos permite melhor articular os distintos níveis escalares em que atuam os agentes que dela participam, assim como ir além do enfoque econômico, administrativo e tecnológico, já que é possível pensarmos numa rede de poder territorializada. Nesse sentido, a análise da dinâmica do funcionamento e da organização da rede agroindustrial da soja, para o caso deste trabalho, e de como e porque cada lugar “participa” no conjunto da atividade agroindustrial, nos permite apreender os impactos econômicos e tecnológicos sobre a região pesquisada, assim como seus condicionamentos ambientais, sociais, culturais e políticos, em relação ao desenvolvimento dos “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1994, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2011) da soja.

### **Os agentes empresariais e o uso corporativo do território**

Compreendemos que dentro da lógica de monopolização do território, com apoio deliberado do Estado, as redes agroindustriais têm se estabelecido nos lugares e produzido uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses capitalistas, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor. Esses impactos recorrentes no campo, com desdobramentos sobre os espaços urbanos próximos às áreas de modernização agrícola, promovem a formação ou consolidação de regiões especializadas e organizadas para atenderem a essa nova lógica do agronegócio (ELIAS, 2013), tendo em vista que “as regiões encarnam especializações territoriais produtivas” (SILVEIRA, 2011, p. 79).

Desde os anos de 1960, a expansão da soja no território brasileiro conta com o apoio de políticas públicas dos governos e países interessados. Dos anos de 1960 aos anos de 1980, foi criada uma série de programas desenvolvimentistas, cujo objetivo principal era dar suporte e efetivar a ocupação do Brasil Central a partir de uma agricultura empresarial. Dentro dessa lógica, podemos destacar algumas políticas: o Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (Proterra - 1967), o Programa de Integração Nacional (PIN -

1970), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste - 1971), o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro - 1975), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec - 1979), o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir - 1982), dentre outras.

Aproveitando-se dos incentivos do Estado, dos baixos preços das terras e da ampliação dos sistemas técnicos e de infraestruturas do final da década de 1970, muitos agricultores, sobretudo paranaenses, catarinenses e gaúchos (mas também brasileiros de outros estados) dirigiram-se em massa para o Cerrado, a nova fronteira agrícola à época. Parte dessa leva de produtores, acompanhada de seus familiares, direcionou-se para o Oeste Baiano. Esses produtores venderam suas propriedades no Sul e resolveram “tentar a sorte” nessa região, investindo seu capital em maquinários e enormes extensões de terras nos cerrados nordestinos, aparentemente “desocupadas”, vendendo parte destas para outros fazendeiros que chegaram posteriormente. O Oeste Baiano, polarizado pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, estende seu raio de influência ao Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como partes do Leste do Tocantins e até mesmo do Goiás.

Os agricultores e grupos empresariais que chegaram ao Oeste Baiano, a partir de 1980, já tinham níveis superiores de tecnologia. Alguns já eram até mesmo agrônomos e técnicos agrícolas de formação, e os outros, mesmo não sendo formados, eram experientes proprietários de terras. Esses produtores introduziram o cultivo moderno da soja e implantaram perímetros irrigados e projetos agroindustriais na região, baseados principalmente no aporte técnico e de capital público e privado. A mecanização, a utilização de insumos para correção do solo e as práticas de irrigação, incorporadas pelos agrônomos sulistas, aos poucos foram se tornando comuns no Oeste Baiano, e hoje são predominantes. Desde os anos 1980, essa região tem experimentado, portanto, um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extrarregionais e tem recebido capitais predominantemente não nordestinos.

Segundo a Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães (ACELEM), atualmente existem 14 *tradings* operando no Oeste Baiano. Cinco delas estão entre as maiores do mundo: Bunge, Cargill, Louis Dreyfus (parceira da brasileira Amaggi), Multigrain e ADM. Além dessas, na região ainda estão instaladas: Noble, Omnicotton, Nidera, CCG Trading (Cantagalo General Grains), Libero Commodities, Awb Brasil Trading, Carroll Farms Brasil, Agrícola Xingu e SLC Agrícola. Além dessas *tradings*

comercializadoras de grãos tem-se a presença de várias cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 1996, 2005, 2006; ELIAS, 2003; ELIAS, 2006; SANTOS, 2010) em expansão. Vale destacar que conforme a Abiove, as quatro principais esmagadoras de soja atuantes no Brasil são multinacionais (Bunge, Cargill, ADM e LDC), todas presentes no Oeste Baiano, e detêm 52,6% de toda a capacidade de esmagamento instalada. A Bunge e a Cargill dominam o esmagamento no Oeste Baiano



**Tradings em Luís Eduardo Magalhães/BA. Fonte: Org. Camila Dutra (a partir de intervenção sobre imagem do Google Earth), de 25 jun. 2016.**

Atualmente Bunge e Cargill compram a maior parte da produção de soja disponível no Oeste Baiano, utilizando-a para consumo próprio (esmagamento) ou vendendo para outros grupos, inclusive do biodiesel. As duas plantas industriais dessas empresas processam juntas, anualmente, 1,8 milhão de toneladas de soja no Oeste Baiano. Bunge Cargill são as empresas que melhor representam os maiores empreendimentos econômicos e os fluxos de mercadorias, pessoas e informações no Oeste Baiano. A presença das plantas industriais dessas empresas, em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, é um importante fator para que esses municípios sejam os maiores destaques no valor das exportações no Oeste Baiano.



Vista aérea da fábrica da Bunge. Luís Eduardo Magalhães/BA. Fonte: Cristiano Mariz/VEJA, 2011<sup>2</sup>.



Vista aérea da Cargill. Barreiras/BA. Fonte: Google Earth 2014<sup>3</sup>.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), as maiores empresas de exportação de Barreiras são a Cargill (mais de US\$ 50 milhões por ano), a SLC Agrícola (entre US\$ 10 e 50 milhões), seguidas das cooperativas (Copagro, Cooperaba e Codeagro são destaques) e produtores individualizados (de nomes conhecidos na região: Ademar Marçal, Paulo Mizote, Marcelino Flores, os Horitas e os Busatos). Enquanto em Luís

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/agronegocio>>. Acesso em: 25 nov. 2014

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.1275632,-45.091438,987a,20y,41.35t/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Eduardo Magalhães as tradings Bunge, Amaggi & Louis Dreyfus, ADM e Nidera é que lideram as exportações (com mais de US\$ 50 milhões cada), seguidas por outras transnacionais – Multigrain, Noble, Cargill, Omnicotton, CCG Trading, Libero, bem como cooperativas e produtores. Na maioria os mesmos que se destacam em Barreiras.

No Oeste Baiano estão presentes, portanto, grandes empresas das redes agroindustriais de grãos, ao mesmo tempo em que o Estado tenta atrair outras. Os grupos multinacionais diversificam seus negócios atuando em diferentes segmentos, da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes. De fato, houve muitas transformações em áreas nas quais estão presentes os fixos das empresas do agronegócio. No entanto o Oeste Baiano não incorporou, na sua totalidade, essa modernização, uma vez que as novas atividades econômicas emergentes não foram capazes de solucionar os problemas gerados no interior da região devido a sua pequena capacidade de incorporar novos agentes e de ampliar as atividades econômicas locais.

Nesse processo, essas empresas seguem produzindo/ocupando espaços especializados e corporativos, para o pleno desenvolvimento de suas atividades, como o caso dos distritos industriais do Oeste Baiano, espaços preparados pelo poder público para instalação e funcionamento de novos empreendimentos na região.

### **As organizações representativas dos interesses dos agentes do agronegócio**

Uma das marcas em comum entre esses agentes do agronegócio é o caráter dinâmico e complexo das articulações entre os membros de cada segmento e entre os diferentes segmentos que compõem as redes. Como destaca Mazzali (2000, p.155), “a capacidade da empresa na efetivação das novas estratégias depende, de modo crucial, das articulações com os demais agentes que a circundam”. As alianças entre esses agentes têm como referência as atividades associadas à produção, à comercialização e à P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Essas relações são constantemente atravessadas por consórcios com o poder público, visando à viabilização de investimentos em infraestruturas e conformação de um ambiente ideal ao desenvolvimento do agronegócio. As parcerias público-privadas dentro do agronegócio conjugam esforços para a conquista de mercados externos e/ou ampliação de mercados internos e a busca constante do acesso à tecnologia e ampliação das formas de financiamento do segmento agrícola.

Silveira (2005) pensa o conceito de rede, na abordagem da atividade agroindustrial, a partir da constatação de que uma das características estruturais dessa atividade é a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares. Um dado importante sobre as empresas hegemônicas de um determinado circuito espacial produtivo é sua própria força política, quer dizer, “a sua capacidade em atrair diferentes grupos de agentes e que cooperam e produzem cooperação pela realização ampliada de algum processo produtivo específico” (ANTAS JÚNIOR, 2013, p. 4).

No Oeste Baiano existe uma rede de organizações representativas dos interesses dos agentes do agronegócio, aqui citaremos três delas: as cooperativas agrícolas, os sindicatos rurais e as associações setoriais. Essas instituições possuem membros em comum e somam esforços para defender e promover o agronegócio do Oeste Baiano. Esses agentes têm encontrado no Oeste Baiano um ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento. A oferta de informação, tecnologia e serviços, indispensáveis ao agronegócio, é encontrada nas cidades dessa região. Devolveram-se no Oeste Baiano alguns centros de gestão e regulação da agricultura moderna, onde são processadas significativas mudanças associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais, que também se expressam no espaço urbano-regional, embora com dimensões e ritmos diferenciados.

O sistema cooperativo implantado no interior de formações sociais capitalistas se difere muito daquilo que os teóricos marxistas pensaram sobre cooperação no campo. Isso se explica pelo simples fato de que as cooperativas agrícolas contemporâneas encontram-se reguladas pelas leis mercadológicas, muitas vezes fazendo o uso das mesmas estratégias das corporações capitalistas, como forma de se manter em pleno funcionamento, sendo essa uma das principais contradições com a visão clássica de cooperativismo.

No Oeste Baiano as cooperativas agrícolas são verdadeiras empresas, servindo como um sistema de colaboração para os empresários agrícolas reunirem ativos e competências para superar barreiras fiscais, ampliar o acesso às ofertas de mercados, aumentar o poder de negociação e celebrar contratos melhores a preços mais convidativos para os insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos, assim como obter crédito junto às instituições financeiras.

As cooperativas agrícolas tiveram um papel preponderante no avanço da agricultura capitalista no Oeste Baiano nos anos de 1980, criando as condições materiais básicas e o acesso a uma série de serviços importantes para que esse processo ocorresse. Elas foram as principais responsáveis no fornecimento dos elementos da produção (sementes, máquinas, produtos químicos), serviços de aluguel de tratores e colheitadeiras, assistência técnica, etc. As cooperativas garantiam ainda, aos seus cooperados o acesso ao crédito e à comercialização de seus produtos. Essas instituições possuíam ( ainda possuem) laços estreitos com os bancos, pela sua dimensão e frequência de negociações, o que as tornavam um canal privilegiado de acesso aos financiamentos.

Na década de 1980, grandes cooperativas do Sudeste e Sul do país, originárias de áreas de Cerrados ou com experiência na produção de grãos, se implantaram no Oeste Baiano, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central (COACERAL), a Cooperativa Triticola de Panambi (COTRIPAL) e a Cooperativa de Santa Rosa. As duas primeiras estavam ligadas diretamente ao capital japonês proveniente dos financiamentos do Prodecet.

Além daquelas originárias de outras partes do país, formaram-se cooperativas locais como a Cooperativa Agrícola de Formosa do Rio Preto (COPERMOSA), a Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco (COMESF), a Cooperativa Agrícola Mista do Rio Corrente (COARC) e a Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda. (COPERGEL). Das cooperativas pioneiras na região, apenas duas ainda existem: a antiga Cotia, hoje Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE), com sede em Luís Eduardo Magalhães, e a Coaceral, localizada em Formosa do Rio Preto.

A Cooproeste conta hoje com 400 afiliados e mais de 100 funcionários, atuando em uma área de 180.000 ha no fomento de atividades agrícolas, serviços de análise e beneficiamento de sementes, recepção, armazenagem e comercialização de grãos, além de assessoria agrônômica e venda de insumos. Possui ainda laboratório de análises credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa cooperativa é destaque na participação no mercado de comercialização de milho, arroz, feijão e algodão, e na produção de sementes geneticamente modificadas superiores, atendendo ao Oeste Baiano e

aos estados do Piauí e Maranhão. A Cooproeste também é responsável por 15% da soja plantada no Estado da Bahia<sup>4</sup>.

Atualmente, estima-se que 150 a 200 produtores plantam na região do Coaceral, a qual possui cerca de 1000 propriedades agrícolas. Além de produtores brasileiros, como um grande produtor do Mato Grosso, existem vários estrangeiros produzindo nessa região, sobretudo chineses, coreanos, argentinos e americanos. Aproximadamente cinco grupos dominam a produção no Coaceral, com a posse de mais de 50% da área agricultável.

Os sindicatos patronais e os dos trabalhadores rurais estão envolvidos na ocupação do Oeste Baiano pelo agronegócio desde o seu início. Enquanto os membros do primeiro foram aqueles que determinaram os novos usos agrícolas das terras da região, os membros do segundo grupo sentiram “na pele” as consequências do avanço dessa agricultura capitalista. Desde o começo os conflitos são marcantes, cada lado defendendo suas ideologias e seus filiados.

No Oeste Baiano é possível percebermos claramente o antagonismo entre os dois tipos de sindicatos apontados – os dos trabalhadores e aqueles patronais. Por necessidade de reforçarem suas representações políticas, ambos fazem uso de estratégias próprias e diversas na disputa por pequenos e médios pecuaristas e agricultores situados entre a produção agrícola familiar e a empresa capitalista.

O Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, fundado em 2001, conta atualmente com 500 sócios e é presidido pelo produtor Vanir Kolln, o qual também é Vice-Presidente da Aprosoja Brasil. Além de atender prioritariamente aos produtores de Luís Eduardo Magalhães, a instituição também atua nos municípios de São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cristópolis, Riachão das Neves e Baianópolis. O Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, fundado em 1990, é presidido por um dos maiores pecuaristas da região, o senhor Antônio Balbino de Carvalho Neto, também presidente da Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste).

No Oeste Baiano também observamos a atuação de vários sindicatos trabalhistas, os três mais importantes são: o de Barreiras, o de São Desidério e o de Luís Eduardo Magalhães. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiras, que conta com 12 mil associados, é o segundo mais antigo da região (o primeiro é o de São Desidério), fundado em 1973,

---

<sup>4</sup>Informações obtidas a partir de entrevista com a presidência da Cooproeste, realizada em Luís Eduardo Magalhães em 06/11/2012.

acompanhou todo o processo de incorporação do Oeste Baiano ao agronegócio, tendo presenciado e lutado contra intensos processos de grilagem, invasões, violência no campo e expropriações de terras nos Cerrados baianos.

Ao conversarmos com representantes dos sindicatos da região<sup>5</sup>, percebemos que a luta é díspar, favorecendo os empresários agrícolas, e que as conquistas da classe trabalhadora rural têm sido progressivamente reduzidas e sufocadas. É possível verificar isso na conformidade de alguns líderes sindicais dos trabalhadores que chegam a defender, em parte, a chegada do agronegócio na região, por ter trazido, na visão deles próprios, empregos e desenvolvimento. O fato é que muitas vezes os sindicatos dos trabalhadores rurais não têm conseguido ir além do discurso da denúncia e do protesto, nesse caso inócuo para conter, efetivamente, o avanço do agronegócio na região.

O aumento da competitividade nas redes agroindustriais, seja dentro dos limites do Brasil, seja no mercado externo, tem estimulado os seus agentes a estabelecerem ações coletivas, do ponto de vista capitalista, e a se organizarem em cooperativas, sindicatos e associações para defenderem seus interesses e espaços. As associações de interesse privado, ou associações setoriais, localizadas no Oeste Baiano, principalmente as que desenvolvem ações coletivas no agronegócio, têm sido formadas para benefícios de profissionais e empresas atreladas a esse setor.

Esses agentes têm, portanto, se articulado com o objetivo de uma associação que, embora seja horizontal, pois se dá entre os membros de um mesmo setor ou segmento produtivo, tendo como propósito a promoção de interesses comuns, não vai muito além de uma “solidariedade organizacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 100), aqui orientada pelas demandas impostas pelo agronegócio na região. Essas instituições, segundo Conejero (2011), garantem o “padrão de concorrência”, parte do jogo competitivo entre os produtores rurais, trabalhando com um conjunto de variáveis, tais como preço, marca, atributos de qualidade, padrão de produção, inovação contínua em produto ou em processo.

No Oeste Baiano algumas associações setoriais têm contribuído decisivamente na expansão, manutenção e defesa do agronegócio na região. Muitas vezes os membros são os mesmos que, participando ao mesmo tempo de vários grupos representativos (sindicatos, cooperativas, fundações, etc.), podem defender seus interesses em diferentes espaços e ampliar seu domínio. Essas entidades trabalham para a difusão da imagem positiva do

<sup>5</sup>Entrevistas realizadas por ocasião dos trabalhos de campo em 2012, 2013 e 2014.

agronegócio do Oeste Baiano. As *tradings*, como a Bunge e a Cargill, frequentemente participam de reuniões dessas associações, enviando representantes que garantem a participação dessas empresas na tomada de decisões sobre o desenvolvimento do agronegócio na região.

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é a principal entidade representativa do agronegócio na região. Fundada em Barreiras em 1990, na época com 16 associados, assume hoje a liderança e a representação de mais de 1.300 empresários do agronegócio, os quais representam em torno de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados<sup>6</sup>. Essa entidade interfere nas esferas públicas e financeiras e na integração de ações com as forças locais e regionais em prol do agronegócio. Com fortes influências sobre os órgãos estatais, a AIBA também se empenha em desburocratizar os processos de licenciamento e autorizações ambientais, a favor da expansão do agronegócio.

Essa relação estreita entre o Estado e os agentes hegemônicos do agronegócio sempre foi marcante no Oeste Baiano desde a introdução da agricultura capitalista na região. O resultado disso, para Lavoratti e Santos (2011, p.110), tem sido “a criação de uma espécie de governo paralelo, que passou a influir nas negociações de dívidas e na implantação de infraestrutura, como energia elétrica nos pivôs centrais”. Os empresários do agronegócio têm tido acesso a uma série de privilégios, facilitados pelos administradores públicos, na troca de um dito “desenvolvimento” acarretado pelo agronegócio.

A Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (Abacafé), fundada em 2006, tem sido outra entidade defensora do agronegócio na região. A meta geral da entidade, que conta com 23 associados e possui sede junto à Cooproeste, é fortalecer a produção de café do Oeste Baiano, divulgando a qualidade e rentabilidade do café arábica produzido nessa região. A Abacafé está em processo de notificação geográfica, o que vai tornar o café da região conhecido internacionalmente.

A Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), fundada em 2000, conta com 242 associados distribuídos em 321 fazendas nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia. A instituição, foi criada com os objetivos de representar os interesses da cotonicultura do estado da Bahia, incentivar a produção, difundir a atividade no Estado, promover o algodão baiano no mercado nacional e internacional e orientar os associados nas fases de produção e comercialização do algodão.

<sup>6</sup>Fonte: <[www.aiba.com.br](http://www.aiba.com.br)>. Acesso em: 02 dez. 2015.

Na representação dos pecuaristas, a região conta com a Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste), fundada em 1994. De acordo com seu website, essa associação tem como objetivo unir esforços dos associados para elevar os resultados econômicos e zootécnicos dos estabelecimentos pecuários de sua região de atuação, bem como articular a defesa dos direitos e interesses da classe dos criadores de gado e realizações de exposições agropecuárias e leilões.

Além das associações específicas de produtores, na região existem duas outras de caráter profissional voltadas aos interesses dos engenheiros agrônomos: a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras – AEAB (criada 1988) e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães (fundada em 1997). Esses profissionais possuem, desde a chegada dos produtores sulistas nos anos de 1980, dos quais parcela desses já eram engenheiros agrônomos, um papel decisivo na expansão da agricultura capitalista na região. Muitos desses agrônomos atuam em consultorias e são também empresários do agronegócio.

Na região também existem três associações que influenciam decisões de interesse para os empresários de ramos associados ao consumo produtivo agrícola, como produtores de sementes, revendedores de máquinas e equipamentos, fabricantes e comerciantes de insumos agrícolas: a Associação dos Produtores de Sementes do Estado da Bahia (APROSEM), a Associação dos Revendedores de Máquinas e Implementos Agrícolas do Estado da Bahia (ASSOMIBA) e a Associação do Comércio de Insumos do Oeste da Bahia (ACIAGRI).

Como indicou Mazzali (2000), “as redes constituem arranjos organizacionais”, isto é, seus agentes não podem ser vistos de forma isolada, sobretudo porque estão em rede e realizam investimentos conjuntos e coordenam, com vistas a determinados objetivos, suas atividades produtivas e tecnológicas. As associações setoriais apresentadas nesse item traduzem esse aspecto de integração das redes, a partir da consolidação de alianças estratégicas entre os agentes econômicos de um mesmo grupo e entre diferentes grupos. Sendo inúmeras as possibilidades de combinação de recursos, atividades e agentes, essas associações setoriais também dialogam entre si, sobretudo porque possuem muitos membros em comum que trocam não apenas soluções mercadológicas e tecnológicas, mas, principalmente, ações políticas para defender seus interesses privatistas.

Em razão de pressões competitivas - tecnológicas e de mercado – e de ameaças de redução dos seus benefícios e privilégios na região, ou mesmo em reivindicação de ampliação desses, essas associações saem na frente de batalha para pressionarem o Estado e formatarem

um quadro político-econômico a seu favor. Trata-se aqui de parcerias, ou tentativas, público-privadas onde o setor produtivo, Governo do Estado da Bahia e os bancos participam e cooperam. Os agentes que compõem essas associações setoriais do Oeste Baiano confundem-se, frequentemente, com os administradores públicos locais, estaduais e federais, quando os mesmos fazendeiros da região são prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, etc.

### **Considerações finais**

Não é difícil associar o debate sobre as redes aos efeitos da expansão do agronegócio no território brasileiro. Muito pelo contrário, afinal a lógica mercantil dessa atividade econômica cria formas específicas de arranjos territoriais através da demarcação de pontos fixos e na extensão de sua atuação sob todos os níveis do território, desenhando este mesmo território de acordo com a lógica da produtividade e do poder. E, como em toda rede, naquela organizada pelo agronegócio também é essencial conhecer as ações dos agentes hegemônicos que a constituem, identificando-lhes as estratégias e a maneira como redesenham e administram essas redes.

Os agentes do agronegócio têm se difundido no Oeste Baiano a partir de uma agricultura empresarial fundada na cooperação entre capitais, unindo vários pontos distantes do território sob uma mesma lógica oligopolista. Não obstante, o papel de comando ainda é reservado aos grupos de maior poder econômico e político, sendo que os pontos onde se instalam não passam de bases de operação. As maiores empresas, de alcance global, sobretudo as estrangeiras, mantêm geralmente relações estritamente verticais com tais lugares. Nesse contexto, essa região perde, paulatinamente, o controle sobre o seu próprio destino, ficando a serviço das redes agroindustriais que articulam empresas, cooperativas, sindicatos, associações etc. entorno de interesses comuns.

A presença desses agentes hegemônicos tem tomado tamanha proporção e visibilidade regional que seus problemas de funcionamento se tornam problemas da própria economia regional do Oeste Baiano, de modo que, mesmo quando as empresas se retiram do lugar, as modificações realizadas por elas na paisagem permanecem. A lógica territorial desses agentes, na maioria das vezes, valoriza as porções do território que interessam ao capital internacional,

reforçando a exclusão e alienação (de lugares e pessoas) e contribuindo para a fragmentação espacial (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Sendo assim, o Oeste Baiano possui uma nítida subordinação, de forma hierárquica, ao capital internacional, que é facilitada pela estrutura de produção, sob as leis imanentes do movimento global do agronegócio. Quando olhamos para os inúmeros problemas que acometem essa região, constatamos que o setor moderno só se implantou em um pequeno número de pontos, articulando uma rede de funcionamento do agronegócio, persistindo um grupo de municípios, pessoas, processos que não passaram, ou foram pouquíssimo atingidos, pelo processo de modernização agrícola implantado na região. A desigual distribuição dos investimentos e dos fluxos se traduziu no favorecimento de áreas para as quais já fluíam as melhores condições de produtividade, consumo e políticas públicas, e envolveram aqueles agentes já detentores do capital e poder local e global.

### Referências Bibliográficas

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro. In: **Anais** do Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013.

CONEJERO, Marco Antônio. Associações setoriais garantem competitividade. **Agroanalysis**. São Paulo, v. 31, jun. 2011, p. 33-34.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucoenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.

LAVORATTI, Janes Terezinha; SANTOS, João Alfredo dos. Desenvolvimento rural e propriedade da terra: uma inserção no Oeste Baiano. In: MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente**: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

MAZZALI, Leonel. **O progresso recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. In: **Estudos Rurais**. Nº 10, 149p, São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano**. Fortaleza (CE). 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo, Editora Record, 2011.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v. 4, n. 7, 2010, p.91-107.

SILVA, José. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215-255.